

Primeiro Plano



Ensino laico

Crucifixos Decisão do Tribunal Europeu

O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos decidiu, em 2011, que os crucifixos podem estar nas salas de aula sem prejuízo da liberdade religiosa e de pensamento. O caso teve origem em 2009, com a queixa de uma mãe italiana.



Polémica Ministério ordenou retirada

Em 2006, estalou a polémica dos crucifixos nas escolas, com o Ministério da Educação a ordenar a todas as escolas públicas a sua retirada das salas de aula. A Igreja Católica chegou a apelar aos católicos para que manifestassem o seu desacordo perante a decisão ministerial.

Religião Associação República e Laicidade aponta a exclusão de alunos que não pertencem à religião católica. E lembra que as religiões têm locais

Missa na sala de aula de escolas públicas

Ana Trocado Marques

sociedade@jn.pt

► Há escolas públicas a realizar cerimónias religiosas durante o horário letivo. Não obrigam os alunos a participar, mas os que optarem por não ir ficam numa sala "a passar tempo". Escolas e Ministério defendem-se com "a tradição" e dizem que "vai quem quer". A Associação República e Laicidade diz que se está a "excluir alunos por não terem uma determinada religião" e que estas celebrações são "ilegais".

A situação parece repetir-se em muitas escolas, sobretudo na Região Norte. No agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira (Vila do Conde), Resende, Gondifelos (Famalicão), Aver-o-Mar (Póvoa de Varzim), Ponte da Barca, Vila Flor, Póvoa de Lanhoso, António Feijó (Ponte de Lima) – onde, no ano passado, os alunos da EB1 atuaram com cânticos ensaiados nas Atividades de Enriquecimento Curricular – ou no Centro Escolar do Cávado (Vieira do Minho), a missa de 2015 foi na própria cantina da escola. O Agrupamento de Escolas Emídio Garcia, em Bragança, também organiza a comunhão pascal para os alunos todos os anos. Este ano, a celebração está marcada para às 10h45 de hoje, no interior da própria escola.

"A escola é para educar, não é para coagir os alunos, que são, desta forma, excluídos por não terem uma religião. O papel da escola devia ser integrar, não excluir", diz Ricardo Alves, da Associação República e Laicidade.

Ouvido pelo JN, o Ministério da Educação explica que, "para que os alunos possam participar nesta iniciativa, os encarregados de educação têm de assinar uma declaração autorizando tal participação. Os alunos que não partici-



"O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas", diz a Constituição

pam ficam na escola, que lhe aloca o acompanhamento regular".

Helena Vilaça, especialista das religiões na Universidade do Minho, também desvaloriza, e lembra que nas escolas também se celebra o Natal (ver entrevista ao lado).

Escolas laicas?

A Constituição da República Portuguesa garante a liberdade de religião no seu artigo 41.º. E estipula no artigo 42.º que "o Estado não pode programar a educação e a

Ministério alega com a necessidade de autorização por parte dos encarregados de educação

cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas" e que "o ensino público não será confessional".

As escolas escudam-se na "tradição enraizada" nas respetivas comunidades, "esmagadoramente católicas" (ver caixa).

"Se é uma tradição, pode ser feita fora da escola. Misturar isso nas atividades letivas é perfeitamente inaceitável", acrescenta Ricardo Alves, que questiona a liberdade dos funcionários e do-

centes. "A religião tem lugares próprios."

O presidente da Associação República e Laicidade, que, em 2006, fez uma exposição ao Ministério da Educação levando Maria de Lurdes Rodrigues a pressionar todas as escolas a retirarem os crucifixos expostos e gerando críticas da Igreja Católica, diz que a associação já tinha recebido alguns relatos, mas confessa que, muitas vezes, a realização de cerimónias religiosas nas escolas não é fácil de detetar. ●

França Proibidos símbolos religiosos

A Assembleia Nacional francesa aprovou em 2009 uma lei que proíbe a exibição de símbolos religiosos nas escolas públicas. A medida pretendia abran-ger sobretudo a utilização dos véus islâmicos, da "kipah" judaica, da estrela de David e da cruz de Cristo.



Lei Confissões não católicas são obrigadas a ter um número mínimo de alunos

A Lei da Liberdade Religiosa define que, no ensino básico e secundário das escolas públicas, a disciplina de Educação Moral e Religiosa é opcional, devendo as comunidades religiosas inscritas solicitar autorização para leccioná-la. As confissões não católicas é exigido um número mínimo de alunos, mas não para a Igreja Católica. Desde que esta lei está em vigor, algumas igrejas evangélicas e a Comunidade Internacional Bahá'í lecionam Educação Moral e Religiosa em algumas escolas públicas.

1700 professores

dão aulas na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, para um universo de 377 mil estudantes. Desse, 70 mil frequentam estabelecimentos de ensino privados. Quanto aos docentes, metade são do quadro.

próprios para cerimónias

Vila do Conde Uma tradição em que só 1% não participa

● O Agrupamento de Escolas Dr. Carlos Pinto Ferreira, na Junqueira, em Vila do Conde, faz a comunhão pascal no último dia de aulas do 2.º período há quase duas décadas. São cerca de 400 os alunos que, hoje, em cortejo, rumam à igreja do Mosteiro de S. Simão da Junqueira para assistir à cerimónia. A escola argumenta com "a tradição enraizada" na comunidade e diz que só "1% dos alunos não participa". "É enviada uma autorização aos pais e vai sempre com a opção: os alunos ou vão à comunhão pascal, ou ficam na escola em atividades letivas", explica a vice-presidente do agrupamento, Margarida Magalhães, que garante que a escola nunca teve "nenhuma reclamação dos pais" quanto à organização da celebração religiosa. Os alunos seguem em cortejo até à igreja, acompanhados por professores e funcionários. Na missa, marcada para as 10.30 horas, há ainda a atuação de alunos da escola, ensaiados pelos professores de Educação Musical. Questionado pelo JN, o Ministério da Educação não vê problema no caso. Diz que a iniciativa "está prevista no Plano de Atividades da Escola, aprovado pelo Conselho Geral, e realiza-se há mais de 20 anos", que os alunos só participam se forem "autorizados pelos pais" e que os que não participam "ficam na escola em atividades". A.T.M.

flash :

Helena Vilaça
Socióloga especializada em religiões e docente da U. Porto

"Também celebramos o Natal"

O que é que pensa da organização de missas pelas escolas públicas? A escola é pública e vivemos num país não confessional, que do ponto de vista religioso é neutro. Tem que ser preservados os direitos de todos, mas as fronteiras entre religião e cultura, às vezes, são muito ténues. Nós também celebramos o Natal e temos feriados religiosos. A religião está na esfera pública. Percebo o argumento de que a escola é laica e de que tudo o que é manifestação religiosa não deve acontecer, mas se quase todos os alunos, pais, funcionários e professores de uma escola são católicos, não me repugna que o façam, desde que não seja uma atividade obrigatória.

Não se está a excluir alunos? Um dia, questionaram-me sobre uma junta de freguesia que transportava meninos para a catequese. Não é dinheiro público gasto? É, mas também é um serviço público, que serve muita gente da freguesia. Se a Junta contratar o Mão Morta para atuar também está a gastar dinheiro público e, se calhar, há muita gente que não gosta da banda. Religião também é cultura.

Entende portanto, que, sendo o país maioritariamente católico, pode justificar-se? Quando falamos de pluralismo e democracia não significa que a religião tenha que passar para a esfera privada, porque isso é tornar o espaço público mais pobre. O que a democracia tem que aprender é a conviver com o pluralismo. As pessoas não podem exteriorizar a sua religião é que me preocupa. Tem que haver lugar para todos e bom senso. A.T.M.



A disciplina é muitas vezes colocada nas primeiras e últimas horas, o que faz com que não sejam escolhidas como opção

Educação Moral e Religiosa para 377 mil estudantes

ENSINO Em maio do ano passado, 307 mil alunos da escola pública frequentavam a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) e outros 70 mil tinham a disciplina em escolas privadas. "O número de crianças e jovens a frequentar a escola é cada vez menor, mas o número de presenças na disciplina de EMRC estabilizou e em alguns casos até aumentou", garantiu ao JN Fernando Moita, coordenador do Departamento Nacional de Ensino Religioso Escolar do Secretariado Nacional de Educação Cristã.

Hoje, termina a semana dedicada à Educação Religiosa e Moral Católica e estão previstas várias iniciativas um pouco por todo o país. Cerca de 1700 professores ("metade está no quadro e outra metade é contratada") tem o "desafio" de motivar pais e alunos para a frequência da disciplina, que, segundo Fernando Moita,

promove sobretudo "o desenvolvimento da cidadania".

A disciplina é de oferta obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, mas é de frequência facultativa para os alunos. Isto é, ninguém é penalizado por não efetuar a matrícula na disciplina, mas a escola tem que disponibilizá-la aos alunos.

"Algumas vezes, somos penalizados porque a EMRC é colocado no horário letivo ou na primeira aula da manhã ou na última hora da tarde e, nessas, circunstâncias e como não é obrigatório frequentar a disciplina, alguns alunos desistem da aula", diz ainda Fernando Moita. "A Educação Moral e Religiosa Católica não é catequese e os estudantes sabem isso muito bem. É um espaço onde podem conversar livremente sobre assuntos que os preocupam, ou sobre os quais têm curiosidade".

Existem grandes diferenças do

Norte ao Sul quanto ao número de turmas da disciplina existentes em cada escola. "No Norte, há mais alunos e com uma cultura diferente", acrescenta o responsável. Como exemplo, refere que, em Lisboa, "muitos jovens não sabem o que é um crucifixo e, quando questionados, dizem apenas que é uma cruz". "São realidades diferentes, mas que contam com o mesmo empenho dos professores", garante Fernando Moita.

Os alunos da disciplina, das várias escolas e dioceses, têm grupos ativos nas redes sociais e o Secretariado Nacional de Educação Cristã promove encontros e viagens de estudo entre escolas em Portugal e no estrangeiro. Em simultâneo, todos os anos, são elaborados prospectos informativos sobre a disciplina e distribuídos a pais e alunos na altura das matrículas.

EMÍLIA MONTEIRO

o país religioso :

80%

dos portugueses são católicos, 5,7% professam outras religiões e 14,2% não se identificam com nenhuma